

Asilo contra a mutilação sexual

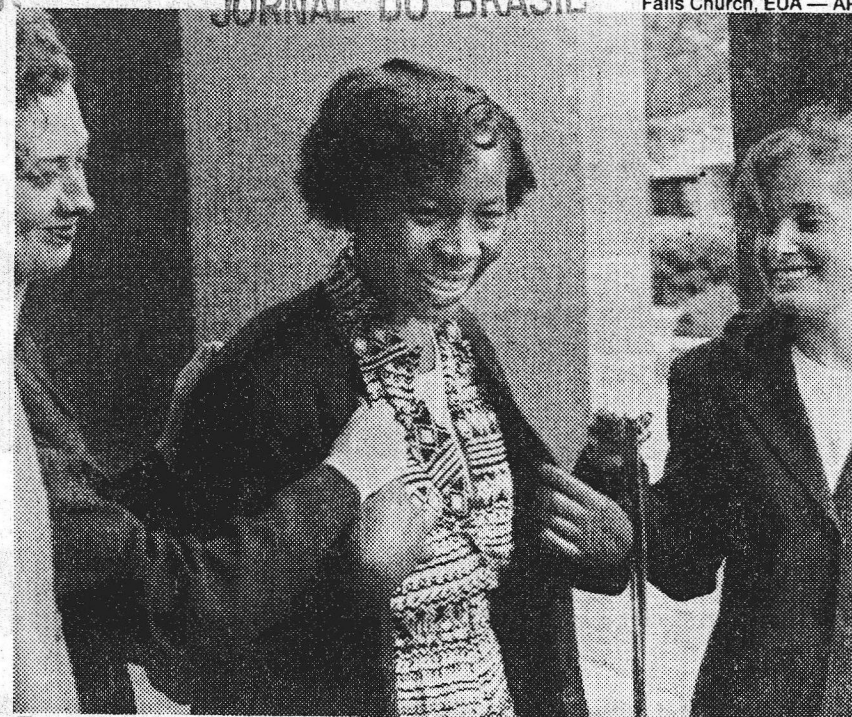
■ Tribunal dos EUA protege africana que fugiu da família

FLÁVIA SEKLES
Correspondente

WASHINGTON — Pela primeira vez o mais alto tribunal de imigração americano concedeu asilo político ontem a uma mulher que fugiu para os Estados Unidos para evitar a mutilação genital, um brutal ritual de passagem ao qual milhões de meninas e mulheres são submetidas em países africanos e alguns árabes. A beneficiada foi a africana Fauziya Kasinga, 19 anos, que fugiu do Togo em 1994. A decisão de que a mutilação genital constitui uma forma de perseguição estabelece um precedente que todos os 179 juizes de imigração dos EUA precisarão obedecer em casos similares no futuro.

Segundo a lei americana, um indivíduo tem direito ao asilo quando sofre risco de vida ou perseguição por suas idéias políticas, religião, ou raça. Em 1994, um brasileiro homossexual chamado Marcelo Tenório, que mora em São Francisco, ganhou asilo alegando que temia perseguição no Brasil devido à intolerância do país com suas preferências sexuais. O Serviço de Imigração e Naturalização recorreu da decisão do juiz e o processo ainda está pendente.

A africana Fauziya Kasinga fugiu do Togo em 1994 depois que seu pai,



Fauziya ia ter o clitóris arrancado como parte dos rituais de casamento

que sempre foi contra o ritual, morreu quando Kasinga tinha 15 anos e uma tia decidiu que ela deveria se casar com um homem mais velho que já tinha três outras mulheres. A mutilação seria parte do ritual do casamento. Kasinga fugiu para Gana, depois para Alemanha, e finalmente para os Estados Unidos, onde pediu asilo. O primeiro juiz que ouviu o pedido negou asilo à menina, porque o Serviço de Imigração considerou que sua história tinha muitas inconsistências. Ela foi presa enquanto recorria da decisão e acabou

passando mais de um ano em duas cadeias. Kasinga foi solta em abril depois que o jornal *The New York Times* publicou um artigo descrevendo as circunstâncias em que ela estava morando.

“A característica de ter a genitália intacta é tão fundamental para a identidade individual de uma mulher jovem que não pode ser exigido dela que mude”, escreveu o juiz Paul Schmidt. Segundo cálculo do Serviço de Imigração, 80 milhões de mulheres já foram submetidas ao ritual.

Seis mil vítimas por dia

M. BAYON E G. CANAS
El País

MADRI — A cada dia que passa, cerca de 6 mil meninas são vítimas da extirpação do clitóris, no mundo inteiro mas principalmente na África. Na Somália e no Djibuti, essa mutilação genital é praticada em 98% das jovens; em Serra Leoa, Sudão, Eritreia e Etiópia, em 90%; em Burquina Fasso e no Mali, em mais de 70%. No Egito as cifras oficiais são de 50%, mas sabe-se que nas zonas rurais esse total eleva-se a 90%. Trata-se de um costume tanto muçulmano quanto cristão copta, seguido igualmente pelos judeus etíopes, que emigraram para Israel.

A clitoridectomia, uma das formas da castração feminina, consiste em cortar todo o clitóris ou parte dele, com a extirpação também dos pequenos lábios; a infibulação inclui ainda a costura da vagina, com exceção de um pequeno orifício para a passagem da urina e da menstruação. A operação é frequentemente realizada sem anestesia e, para conter possíveis hemorragias, água. A cerimônia ritual é geralmente praticada em meninas dos quatro aos nove anos e os defensores desse costume apresentam como justificativa razões de estética e de higiene.